**O LAZER NA PERIFERIA DA AMAZÔNIA: AS PRÁTICAS SOCIAIS DE LAZER EM UM “*SETOR”* DE BELÉM (PA)**

Eixo temático: Lazer e Meio Ambiente

Classificação: Pesquisa Científica

Modalidade de apresentação: Comunicação Oral

**Resumo**

Este trabalho tem como objetivo investigar as práticas sociais de lazer na periferia de Belém (PA), tendo como recorte espacial a Comunidade Bom Jesus I, a qual é entrecortada pelo Igarapé Mata Fome e circunscrita nos bairros da Pratinha II e do Tapanã – caracterizando uma típica ambiência amazônica, sendo fortemente expressa por aspectos rurais e urbanos. A incursão metodológica construída para viabilizar este estudo tem sido estabelecida a partir de pesquisas bibliográficas, documentais e de campo (etnográfica), com a adoção de diferentes instrumentos de coleta de dados, quais sejam: observação participante; conversas informais; entrevistas; registros fotoetnográficos e; caderno de campo. Os “achados” encontrados até o momento revelam que na ausência de equipamentos de lazer, a população concebeu ao longo dos anos diferentes espaços e práticas de lazer no *“setor”* da comunidade, as quais se distanciam das convencionais conceituações e classificações de lazer, tendo as ruas, as residências e o igarapé como os principais espaços e os *“rocks”* como principais práticas de usufruto do lazer.

**Palavras-chave:** Práticas Sociais de Lazer. Setor. Periferia. Belém (PA).

**1 INTRODUÇÃO**

Na conjuntura hodierna, a produção dos espaços em Belém do Pará é marcada por uma concentração de bens e de serviços públicos e privados, uma vez que quase todos os seus cinemas, *shoppings*, teatros, praças, bibliotecas e demais equipamentos de lazer estão localizados nas áreas concebidas historicamente como centrais da cidade, consoante apontam diferentes estudos sobre o lazer em Belém (BAHIA, 2012; BAHIA; FIGUEIREDO, 2016; FRANÇA, 2009; SANTOS, 2010). No entanto, ao tratarem da centralização de espaços e equipamentos de lazer, limitam-se a tão apenas apontar a existência de áreas mais ou menos privilegiadas na cidade. As compreensões e as práticas de lazer em espaços perifericizados, nesse contexto, são a cada dia menos investigadas, gerando-se espaçadas lacunas na produção do conhecimento sobre lazer.

Diante disso, é emergente entrar nas áreas perifericizadas para compreender como, diante da ausência ou da deficiência de políticas públicas, o lazer tem sido vivenciado pelos moradores nas comunidades mais pobres da Amazônia brasileira: Quais os espaços de lazer concebidos pelas comunidades? Quais as suas práticas sociais de lazer? Quais as estratégias utilizadas pelos moradores para usufruir o tempo disponível com poucos ou nenhum recurso financeiro? Os moradores dessas áreas saem para outras áreas na busca por lazer? Quais os espaços frequentam fora comunidade? Estas e outras questões precisam ser abordadas com urgência, porém, as análises precisam partir de conceituações e de classificações que contemplem a urbanodiversidade (TRINDADE JUNIOR, 2013) das cidades amazônicas, tendo em vista que muitas práticas e muitos espaços de lazer da periferia de Belém, por exemplo, são marcados por lógicas singulares, as quais se diferem desde as denominações atribuídas até as atividades experenciadas das observadas em outras regiões do país.

Diante disso, o presente estudo, ainda em curso, tem como objetivo investigar o lazer na periferia de Belém (PA), mais especificamente as práticas atividades de lazer usufruídas por sua população. Contudo, para fins de viabilidade metodológica, o *lócus* eleito foi a Comunidade Bom Jesus I, situada em áreas fronteiriças dos bairros da Pratinha II e do Tapanã, ela possui características de uma típica ambiência amazônica, pois é entrecortada por um igarapé e localizada às margens da Baía do Guajará, na qual esse *corpos d’água* deságua.

Mas, ante a violência expressa na cidade, por que estudar o lazer em uma comunidade da periferia de Belém? Por que essa comunidade? Por que não outras? Para além da relevância de dar continuidade aos estudos do lazer em espaços urbanos marginalizados, a motivação se expressa no fato de que este trabalho é fruto dos olhares de um sujeito pertencente à comunidade. Vivendo (ou sobrevivendo?) nessa realidade há mais de 17 anos, conheço as dinâmicas de perversidade – em face do descaso do poder público – que marcam o lugar em questão, possuindo, dessa maneira, condições e olhares privilegiados, os quais têm permitido o levantamento de dados e a realização de análises e discussões profícuas para a compreensão do lazer nesse e, quiçá, em espaços análogos.

**2 METODOLOGIA**

A incursão metodológica para possibilitar a realização desta investigação tem sido enviesada pelas abordagens qualitativa e interdisciplinar (JAPIASSU, 1976). Estão sendo utilizadas pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, fazendo uso de diferentes instrumentos de coleta de dados junto aos moradores da Comunidade Bom Jesus I, a saber: conversas informais; observação participante; caderno e diário de campo; registros fotográficos; e realização de entrevistas[[1]](#footnote-1). Transversalmente, esta investigação está sendo conformada por aproximação, inspiração e/ou abordagem etnográfica, deixando claro que não se pretende realizar uma etnografia clássica, mas utilizar de seu fazer, de sua técnica (PEIRANO, 2014) e de seus instrumentais para compreender questões que outras formas de produção do conhecimento não permitirão desvendar. Além disso, o autor deste trabalho encontra-se em um momento de aprendizagem, de exercício do fazer antropológico, não possuindo o amadurecimento pessoal e científico que uma “etnografia pura” exige.

Cumpre assinalar que eu, enquanto autor deste estudo, durante boa parte de sua vida frequentou diferentes espaços estigmatizados de lazer e de sociabilidade: correu e brincou pelas "ruas de lama" da comunidade e proximidades; pulou, mergulhou e se divertiu em banhos no Igarapé Mata Fome. Assim, o estudo tem sido efetivado a partir de um olhar literalmente "de perto e de dentro" (MAGNANI, 1984, 2002), em que, mais do que a visão de um pesquisador, a investigação tem contado com a vivência de um morador local. Esta condição, embora seja vantajosa em alguns aspectos do fazer científico, em especial do fazer antropológico, tem trazido alguns desafios, sendo um dos principais o de "estranhar o familiar" (VELHO, 1987).

**3 MATANDO A FOME DE LAZER EM UM *“SETOR”* DE BELÉM (PA): UM ESTUDO PRELIMINAR**

**3.1 A Comunidade Bom Jesus I e o Igarapé Mata Fome**

Situada nas liminaridades dos bairros periféricos da Pratinha II e do Tapanã, a Comunidade Bom Jesus I é uma típica ambiência amazônica, entrecortada por um igarapé e localizada às margens da Baía do Guajará, na qual este *corpos d’água* desemboca. A comunidade nasceu, na década de 80, a partir do processo de urbanização, derivado do crescimento populacional motivado pelo êxodo rural. Contudo, a acelerada e a intensa ocupação urbana nessa área também gerou uma série de problemáticas, que tornaram-se mais graves face o não acompanhamento dos serviços públicos urbanos das zonas mais centrais de Belém em direção à região onde se localiza a comunidade em questão (COSTA; RAVENA-CAÑETE, 2015).

Com efeito, a Comunidade Bom Jesus I foi crescendo e dando novas configurações e funções ao espaço, se estabelecendo as famílias de baixa renda em áreas próximas ao igarapé e adjacências, a fim de buscar nos recursos naturais: animais, frutos e igarapé a subsistência – dando esta função o nome ao Igarapé como de Mata Fome, pois ele serviu por muito tempo como a base alimentar daqueles que ali buscavam saciar sua fome (RAVENA-CAÑETE, 2006). Grande parte da população que atualmente reside nessa comunidade é oriunda de outros bairros de Belém, outros municípios do Estado do Pará, assim como de outros estados brasileiros. Os motivos que levaram alguns desses moradores a migrar são os mais variados, como: busca por melhores condições de vida; emprego; tratar algum problema de saúde da família; além da viabilidade econômica de adquirir imóvel próprio, entre outros.

Entrementes, o crescimento demográfico sem qualquer planejamento, sobretudo próximo ao igarapé, contribuiu para o surgimento de problemas ambientais, o aumento da violência, além do deficiente e/ou ausente saneamento, bem como equipamentos e atividades de promoção da arte, da educação, do esporte, da saúde e do lazer, uma vez que essa área encontra-se em pleno “bolsão de miséria” (RODRIGUES; TAVARES; MIRANDA, 2016). Assim, a população dessa comunidade teve que, ao longo desses anos, (sobre)viver em meio à inexistência e/ou à deficiência de serviços urbanos e de direitos circunscritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No exercício do fazer etnográfico na comunidade, compreendeu-se que no passado a ocupação da margem do igarapé foi intensa, uma vez que esse recurso hídrico possibilitava a fácil obtenção de recursos para a subsistência e representava um lugar de lazer. Nos dias atuais, as pessoas buscam por moradias mais distantes do igarapé, a fim de fugir das enchentes decorrentes das chuvas e da subida da maré que trazem, em meio à água contaminada por desejos, doenças e outros agentes que atentam contra a qualidade de vida e, por conseguinte, a saúde. Assim, as residências, nomeadamente palafitas, que margeiam o igarapé são de famílias de baixa renda que, justamente pela condição de hipossuficiência financeira, ainda não conseguiram mudar para um lugar com melhor qualidade de vida: longe das doenças que as correntezas do igarapé “carregam”.

O Igarapé Mata Fome, nessa direção, agora “doente” em face das ações antrópicas, passa a ser visto e tido não mais como um espaço de bonança, como outrora, mas como um espaço inóspito. Dessa maneira, as relações sociais, ambientais, culturais e simbólicas manifestadas entre a população e as águas desse recurso hídrico sofreram rupturas, sendo aos poucos dissolvidas pelas lógicas do progresso. Esse quadro, como é sabido, é reflexo de projetos políticos importados para a região desde o período colonial, passando pela gestão de Antônio Lemos, assim como pelos planos de integração nacional e pelos grandes projetos de desenvolvimento (SANTOS, 2010).

**3.2 "Lá no meu *setor*": as vivências de lazer na Comunidade Bom Jesus I**

Na busca por identificar os espaços e os equipamentos de lazer[[2]](#footnote-2) normalmente utiliza-se as convencionais classificações de Marcellino (2006). No entanto, tais classificações não têm sentido quando se olha para a realidade das comunidades perifericizadas da Amazônia, uma vez que nelas costumeiramente não há praças, mercados, cinemas, shoppings, museus, centros culturais, parques, bibliotecas ou teatros. Nesse sentido, é primacial pensar o lazer da população amazônida a partir dela própria, isto é, com base nas suas endógenas concepções, denominações e classificações de lazer.

Assim, fugindo das tradicionais denominações e classificações, as comunidades perifericizadas de Belém são concebidas pelos seus residentes como um *“setor”*. Ao se tomar como referência a definição de *“pedaço”*[[3]](#footnote-3) de José Guilherme Magnani (1984) e as vivências em campo, até o momento, entende-se o *“setor”* a partir de duas dimensões: uma física e geográfica; e outra simbólico-cultural. Seria o *“setor”*, então, um lugar com demarcação geográfica escalar, às vezes clara, às vezes não muito bem definida (não se sabe muito bem onde começa ou termina, mas subentende-se que existe um limite), podendo o *“setor”* ser: a casa; a rua; a comunidade ou o bairro todo. Entretanto, a delimitação geográfica por si só não define um *“setor”*, o aspecto simbólico-cultural – na forma das relações sociais, das lealdades, dos pertencimentos, das identidades e das culturalidades tecidas –, é quem dá sentido **ao espaço**, o transformando em *“setor”,* e **às pessoas**, denominando-as de *“as/os considerados do setor”*.

Diante disso, para ser tanto do *“setor”* como um *“considerado do setor”*, somente passar ou frequentar a comunidade não é suficiente. Para ser um “*considerado do setor*" é necessário: 1) estabelecer e fazer parte de uma rede de relações deveras específica – conformada no cotidiano pelos laços de vizinhança e de participação nas atividades, nas comemorações e nas festas locais; 2) ser visto e ser (re)conhecido pelas outras pessoas da comunidade – se a comunidade não vê no dia a dia determinado indivíduo, se não sabe de sua existência, se ele ou ela mora na comunidade, mas não participa da comunidade, ele é *“do setor”,* ele *“é setor”*, mas não é um *“considerado”*. Por assim ser, a dimensão simbólico-cultural demarca códigos, referências e normas tácitas capazes de classificar quem é e quem não *“é setor”* ou *“do setor”*, bem como quem é e quem não é um *“considerado”*.

Como no “pedaço”, ser *“do setor”* ou ser *“setor”* consiste em “[...] também poder ser reconhecido em qualquer circunstância, o que implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade que até mesmo os "bandidos" da vila, de alguma forma, acatam [...]” (MAGNANI, 1992, p. 193), ainda que em Belém os *“considerados”* possuam maior respeito e, como a própria denominação alude, consideração nos bairros. Nessa direção, convém ressaltar que quem é de um *“setor”* diferente, normalmente, possui maior cuidado ao transitar ou ao frequentar outros *“setores”* que não o seu, pois uma localidade fora do seu *“setor”* configura-se como desconhecida e potencialmente perigosa. Afinal, se está distante dos específicos códigos, dos laços e das normas tácitas que protegem quem é *“considerado”*, assim como, em menor grau, quem é *“do setor”* ou *“é setor”*.

Nesse sentido, no que tange ao lazer do *“setor”* da Comunidade Bom Jesus I, tem se observado que a população que ali vive não possui os tradicionais equipamentos capazes de viabilizar a prática de atividades de lazer, visualizando o lazer como uma regalia ou uma prática supérflua. Outra parcela o desconhece enquanto uma prática sociocultural que constitui uma necessidade e um direito universal humano. Diante da ausência de equipamentos “corriqueiros” de lazer, identificou-se na comunidade o igarapé, duas arenas de futebol de areia, oito igrejas, diversos bares, terrenos baldios, bem como as próprias ruas e residências como os principais espaços de lazer dos moradores da comunidade.

No que se refere ao igarapé, muito embora esteja em um estado de degradação ambiental expressivo, o Mata Fome ainda figura enquanto um espaço de lazer para algumas crianças e adolescentes, principalmente quando a maré está cheia (Fotografia 1). Essa atividade, quando praticada, normalmente ocorre na desembocadura desse *corpos d´água*, na ponte localizada na Avenida Arthur Bernardes, visto que há uma maior diluição da contaminação do igarapé nesse trecho por conta de seu contato direto com a Baía do Guajará, segundo revelaram alguns adolescentes em conversas informais.

 Fotografia 1 – O Igarapé Mata Fome como espaço de lazer.



 Fonte: Autor (2016).

Secularmente, à rua foi atribuída a função basilar de via de circulação de coisas e de pessoas, no entanto, de conformidade com Tanno (2009), ao longo dos anos tornou-se o palco principal de manifestações sociais, políticas e culturais pelos mais diversos segmentos sociais. Não obstante tenha conquistado certa visibilidade por essas funções, ela também tem chamado atenção para as suas possibilidades de usufruto do lazer. Frank e Yamaki (2016) discorrem que muitas ruas e muitos terrenos baldios ganham significado a partir do momento em que se fincam duas traves de madeira ou dois chinelos. Do mesmo modo, no *“setor”* em análise, é em demasia comum as pessoas atribuírem diferentes significações e funções às ruas. As crianças e os jovens comumente transformam as ruas em “campinhos de futebol”, de “queimada” ou de brincadeiras que têm o chão como recurso elementar (Fotografia 2). As atividades ocorrem com maior frequência no período da manhã, de outro lado, as crianças preferem o período da noite, quando o movimento de pessoas é menor.

 Fotografia 2 – Brincadeiras utilizando o chão da rua pelas crianças do *“setor”*



 Fonte: Autor (2019).

Contudo, o espaço da rua na periferia hodiernamente tem sido associado a um ambiente de ociosidade de jovens que encontram-se o dia todo nela. Aliada à essa questão, a negligência de direitos humanos básicos nesses lugares tem expressado níveis inadmissíveis de vulnerabilidade social, de insegurança e de violência, aos quais principalmente jovens e crianças são expostos (COUTO, 2014). Desse modo, os pais e as mães mais receosos acabam por limitar as práticas lúdicas nas ruas do *“setor”*, tendo as crianças que permanecer dentro de casa, muitas vezes utilizando equipamentos eletrônicos e/ou a imaginação para se pensar brincadeiras em um espaço mais limitado e restrito – processo que se pretende investigar melhor e denominar na dissertação de *“lazer preso”*.

Os adultos, tanto mulheres como homens, após uma semana cansativa de trabalho, têm como principal espaço-momentos de lazer: 1) “A gente não tá falando mal, tá apenas comentando”: as fofocas como momentos de lazer e de sociabilidade na/da periferia; 2) os *“rocks doidos”*[[4]](#footnote-4) nas casas dos(as) vizinhos(as) (Fotografia 3); 3) os jogos de baralho ou dominó; 4) “Hoje eu sonhei com..., joga R$ 1,00 na cabeça aí pra mim”: o jogo do bicho como lazer; 5) "Hoje tem um 0800": aniversários e comemorações enquanto momentos de lazer e sociabilidade; 6) "Hoje é valendo!": o futebol de arena como atividade de lazer; 7) "Bora pro rio?": o Mata Fome como espaço natural de lazer e; 8) "Mana, olha lá no ZAP": as formas virtuais de lazer da comunidade.

Fotografia 3 – Vivências de lazer na Comunidade Bom Jesus I

Fonte: Autor (2018).

As mulheres especificamente têm o que Camargo (1986) denomina “semilazer”, pois, ainda que em seus finais de semanas degustem da tradicional “cervejinha” nos “*rocks”*, elas têm que estar “pilotando o fogão” para o preparo do almoço ou dos chamados “tira-gosto” das reuniões. De sua vez, os idosos em geral têm um pensamento de que viveram tudo o que deveriam e que agora somente lhes resta esperar pela morte. Entretanto, a maioria ocupa seu tempo disponível nas capelas e igrejas da comunidade – o lazer dos idosos, porém, ainda não foi devidamente investigado.

Destarte, nota-se que os distintos estágios geracionais ocupam diferentes espaços e vivenciam diferentes práticas de lazer. Com efeito, interpreta-se que as relações estabelecidas por meio das vivências de lazer são diferenciadas, visto que o lazer é uma atividade sociocultural complexa, subjetiva e altamente dinâmica. As crianças têm o espaço da rua, dos terrenos baldios, das residências e do igarapé como espaços de suas práticas sociais de lazer, os adultos normalmente as residências e os bares e os idosos têm as igrejas como espaços de lazer e os idosos as igrejas e capelas.

**4 CONCLUSÃO**

O lazer é um direito social assegurado desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, visto que configura-se como uma necessidade e prática sociocultural capaz de beneficiar psicossomaticamente no desempenho físico e mental de um indivíduo, principalmente devido à sua característica de busca por descanso, por relaxamento e/ou por divertimento em detrimento às coações sociais inerentes à vida moderna. No entanto, as políticas públicas de lazer são inexistentes ou limitadas nas periferias do Brasil, o que resulta no negligenciamento desse direito.

Ao observar a realidade da Comunidade Bom Jesus I no tange ao lazer, notou-se na ausência de equipamentos de lazer, a população concebeu ao longo dos anos diferentes espaços e práticas de lazer no *“setor”* da comunidade, as quais se distanciam das convencionais conceituações e classificações de lazer – tanto que os próprios comunitários, por vezes, levados pela ótica do senso comum, não conseguem enxergar ou considerar as suas práticas sociais como lazer. Por assim ser, nota-se que a produção do conhecimento sobre o lazer na realidade amazônica necessita partir de conceitos forjados sobre essa realidade, posto que as cidades amazônicas (as cidades da floresta) compreendem ambiências com dinâmicas e lógicas fortemente marcadas por singularidades, autenticidades e particularidades. Tais especificidades, em diversos aspectos, se diferem de outras realidades tanto mundiais quanto brasileiras, onde normalmente os conceitos relacionados aos estudos do lazer são produzidos. Assim, fica como dever entre os pesquisadores do lazer da Amazônia refletir sobre a urgência de se pensar uma epistemologia do lazer amazônico.

**REFERÊNCIAS**

BAHIA, M. C. **O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará**. 2012. 301 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2012.

BAHIA, M. C.; FIGUEIREDO, S. J. L. (org.). **Planejamento e gestão pública do turismo e do lazer.** 1. ed. Belém-PA: NAEA, 2016.

CAMARGO, L. L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, T. A.; RAVENA-CANETE, V. Esporte, saúde e meio ambiente: a importância da promoção de saúde em uma comunidade em Belém do Pará. In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA, 5.; REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE, 14., 2015. **Anais [...]** Maceió: EDUFAL, 2015.

COUTO, A. C. D. O. **A geografia do crime na metrópole:** das redes ilegais à “territorialização perversa” na periferia de Belém. Editora UEPA, 2014.

FRANÇA, J. P. **Políticas Públicas de Lazer no Município de Belém:** concepções e intervenções. 2009. 154f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

FRANK, B. J. R.; YAMAKI, H. Reflexões e teorias sobre o lazer - um roteiro para a geografia. **Revista Ra'e Ga - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 37, p.91-109, 2016.

JAPIASSÚ, Hilton.  **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Ed.

Imago, 1976.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço:** cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliana, 1984.

MARCELLINO, N. C. O lazer e os espaços na cidade. In: ISAYAMA, H. & LINHALES, M. A. (orgs.) **Sobre lazer e política:** maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 65 - 92.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

RAVENA-CAÑETE, V. **A descrição do possível:** a experiência de intervenção da Unama no Igarapé Mata Fome e o levantamento de dados socioeconômicos. Belém: Unama, 2006.

RODRIGUES, R. M.; TAVARES, A. C. D. M.; MIRANDA, T. B. Urbanizar as Baixadas: Experiências de Projetos de Urbanização de assentamentos Precários em áreas de preservação permanente em Belém (PA). *In:* ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 4., Porto Alegre, 2016. **Anais [...]**, Porto Alegre, 2016. p. 1-25.

SANTOS, D. D. C. S. D. **O Lazer no Plano Diretor das Metrópoles Amazônicas**: um estudo comparativo entre Belém e Manaus. 2010. 198f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) - Universidade da Amazônia – UNAMA, Belém, 2010.

SOUZA, M. K. et al. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE): fatores que interferem na adesão. ABCD. **Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva,** São Paulo, v. 26, n. 3, p. 200-205, 2013.

TANNO, J. L. A rua como espaço de socialização e lazer. São Paulo (1920-1945). **Patrimônio e Memória**, v. 5, n. 1, p. 64-80, 2009.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Das ''cidades na floresta'' às ''cidades da floresta'': espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, v. 321, p. 1-22, 2013.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. (Org.). **A aventura sociológica.** 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

1. Destaca-se a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) tanto nas entrevistas como nos registros fotográficos realizados. Afinal, este instrumento possibilita em via de mão dupla: ao participante, compreender sobre o que trata a pesquisa, assim como permite que ele tome sua decisão em participar ou não da pesquisa sem constrangimentos e ciente do uso das informações a serem proferidas; ao pesquisador, uma proteção moral e legal que permite que se utilize informações (em anonimato ou não) e o uso de imagem, uma vez que caracteriza-se como uma manifestação de concordância em participar da investigação (SOUZA et al, 2013). [↑](#footnote-ref-1)
2. As definições de espaços e equipamentos de lazer são, corriqueiramente, empregadas de forma errônea, dizendo-se que estes constituíram-se como meros sinônimos, em que na realidade diferem-se. Sendo o espaço a base para os equipamentos, e estes últimos, os elementos que (re) organizam o espaço. Assim, Marcellino (2006, p. 67), conclui que “[...] é possível se exercer atividades de lazer sem equipamento, mas não é possível o lazer sem a existência de um espaço. Democratizar o lazer implica democratizar o espaço”. [↑](#footnote-ref-2)
3. “O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade” (MAGNANI, 1984, p. 138). [↑](#footnote-ref-3)
4. *“Rock doido”*: consiste em momentos em que as mulheres e os homens da comunidade se reúnem com as suas amigas e/ou os seus amigos para “endoidar” (extravasar), “beber todas” (cervejas), “dançar”, “curtir”, “viver a vida”. Essa denominação é uma alusão ao ritmo musical *rock and* *roll* e ao estereótipo daqueles que têm afinidade com esse ritmo, que, na percepção e no imaginário da comunidade, são considerados “malucos”, “doidões”, etc. Nesse sentido, pelo *“rock doido”* envolver bebidas alcoólicas, que deixam as pessoas embriagadas, considera-se que elas ficam “porres”, logo, “malucas”, “louconas”, “doidonas”, se assemelhando ao estereotipado estado dos roqueiros. [↑](#footnote-ref-4)